

NARRATIVAS DE GÉNERO E DA INTIMIDADE: TRÊS GERAÇÕES EM ANÁLISE

Dulce Morgado Neves (Doutorada em Sociologia, ISCTE-IUL; Investigadora no CIES-IUL)

Resumo

O presente artigo resulta de uma pesquisa de doutoramento em sociologia, que teve como principal objetivo identificar mudanças e continuidades nas formas de viver e representar a sexualidade nas últimas décadas em Portugal. Assumindo o género e a sexualidade como dimensões assinaláveis da mudança social, este artigo procura caracterizar diferentes normas face à vida íntima, combinando factos documentados da história recente portuguesa com discursos biográficos de homens e mulheres de distintas gerações.

Palavras-Chave

Mudança social, Gerações, Género, Intimidade

Abstract

This paper spawns from a doctorate research in sociology, which had as main objective the identification of changes and continuities in sexual meanings and trajectories over the past few decades in Portugal. Assuming gender and sexuality as remarkable dimensions of the social change, this article seeks to characterize different intimate life standards, combining documented facts of the portuguese recent history with biographical narratives of men and women from different generations.

Key-words

Social change, Generations, Gender, Intimacy.

Introdução

Este artigo resulta de uma pesquisa de doutoramento em sociologia, intitulada *“Intimidade e Vida Sexual: mudanças e continuidades numa perspetiva de género e geração”* (Neves, 2013) a qual teve como objetivo principal identificar mudanças ocorridas nas últimas décadas nas formas de viver e representar a vida íntima e sexual em Portugal.

Seguindo uma perspetiva especialmente atenta às pertenças de género e de geração dos indivíduos, a parte da pesquisa que agora recuperamos pretendeu, de uma maneira geral, estabelecer uma relação entre tempos históricos e as normas face ao género e à sexualidade e, assim, integrar as mudanças verificadas no âmbito da intimidade sexual num quadro de transformações sociais mais amplas, assumindo o género e a sexualidade como dimensões assinaláveis da mudança social no país.

Objetivos

Neste artigo, pretendemos, através da caracterização de diferentes ambientes normativos geracionais, dar conta da diversidade que compõe a paisagem das ideologias sexuais e de género na sociedade portuguesa. Combinando a análise de entrevistas biográficas de homens e mulheres de diferentes gerações com factos documentados da história recente do país, este texto colocará em evidência distintas éticas perante a vida íntima e a sexualidade.

Na tentativa, precisamente, de perceber como dialogam as influências da pertença geracional dos indivíduos na ativação de representações e condutas, algumas questões se colocam: que importância terão afinal as gerações na adoção de posturas ideológicas e de comportamentos em relação à sexualidade? Será possível identificar com probidade efeitos geracionais a partir de discursos individuais?

Não obstante as diferenças e *nuances* interpessoais registadas, os testemunhos dos entrevistados não são alheios aos modelos de género e às morais sexuais dos tempos históricos onde se inserem, sendo possível identificar, para cada geração representada, algumas tendências ideológicas, com evidentes efeitos sobre as trajetórias ou práticas dos atores. Neste sentido, interessa-nos, neste artigo, traçar o retrato dos ambientes sociais normativos correspondentes a cada geração em análise.

Metodologia

Em termos de desenho metodológico, a pesquisa de doutoramento que serve de base a este artigo adotou uma estratégia metodológica plural que combinou a análise de 66 entrevistas biográficas aplicadas a homens e mulheres de diferentes gerações com dados de natureza quantitativa provenientes de um inquérito a uma amostra representativa da população portuguesa¹. Neste artigo, contudo, serão apenas mobilizados os dados empíricos provenientes das entrevistas biográficas que, combinados com informação histórica sobre o país, dotam o texto de um pendor eminentemente narrativo e *qualitativista*.

Como no resto da pesquisa, aqui, a análise das formas de viver e de representar a intimidade caminhará a par com a análise da mudança operada em três gerações distintas: representativos de uma primeira geração, entrevistaram-se homens e mulheres que construíram as suas biografias no contexto do Estado Novo, num regime autoritário onde, como veremos, as desigualdades de género estavam decretadas legalmente e consubstanciavam a dominação masculina. Pertencentes a uma segunda geração, entrevistaram-se homens e mulheres que entraram na idade adulta nos anos pós-revolução, numa altura onde tiveram lugar significativas e rápidas mudanças no país. Finalmente, uma terceira geração de entrevistados corresponde aos jovens que enfrentavam, no momento das entrevistas, a transição para a vida adulta, sendo considerados descendentes diretos da modernidade portuguesa no período pós integração europeia (Aboim *et al.*, 2009).

Resultados: biografias e ambientes normativos geracionais

A Primeira geração: sexualidade como ameaça à ordem social

A primeira geração com que trabalhámos compõe-se de homens e mulheres nascidos maioritariamente nas décadas de 1920 e 1930. As suas biografias construíram-se, em grande parte, no contexto do Estado Novo sob a égide de um regime autoritário que decretava legalmente a subordinação das mulheres e advogava a doutrina tradicional da Igreja assente na família procriadora (Rodrigues, 1983). Foi, portanto, debaixo de uma

¹ As entrevistas biográficas foram aplicadas, entre 2007 e 2008, no âmbito do projeto “Género e Gerações: continuidade e mudança nas narrativas familiares”, coordenado pela Doutora Sofia Aboim e financiado pela FCT (Referência: PIHM/SOC/63508/2005). Por seu lado, o Inquérito “Saúde e Sexualidade” - desenvolvido por uma equipa coordenada pelos Professores Doutores Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral do ICS-UL - foi aplicado a um total de 3507 pessoas, residentes em Portugal Continental e com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos.

vigilância cuidada e de regras que impunham fronteiras bem delimitadas entre os universos masculinos e femininos que esta geração foi educada.

Nos anos 50 do século XX – altura em que situamos a passagem para a vida adulta da maioria dos entrevistados desta geração - esperava-se da mulher que fosse passiva, respeitadora da autoridade masculina e confinada ao espaço doméstico e à maternidade. A sexualidade feminina, de que publicamente muito pouco se falava, representava uma ameaça à ordem social (Aboim *et al.*, 2011) e, por princípio, deveria estar restringida à relação legítima do casamento. Neste contexto, como refere Freire (2010:21) no livro *Amor e Sexo no Tempo de Salazar*, “muitas mulheres que hoje têm mais de 70 anos foram tornadas reféns de uma lógica de autovigilância e autocensura, reféns de um quotidiano que lhes impunha observância doentia da castidade e da pureza, reféns de uma negação do próprio corpo, enquanto veículo de prazer”.

Fora da esfera privada, a mulher era uma figura estática, sem grande relevo. A sua valorização social dependia da imagem do marido, representante público e político da família. É certo que nos meios mais humildes as mulheres sempre trabalharam fora de casa. Trocar, ainda em criança, os bancos da escola pelo trabalho agrícola, a aprendizagem da costura ou o serviço doméstico em casas de outras famílias é uma realidade que muitas das nossas entrevistadas conhecem. Denunciando uma origem social particularmente desfavorecida, Alice (Sem Escolaridade, Doméstica), nascida em 1941 numa aldeia da Beira Baixa, revela-nos: *“Os primeiros anos de vida passei na minha terra, até aos seis anos. Depois, como a vida era muito difícil, éramos muitos irmãos e os meus pais eram muito pobres, então puseram-me na casa de uma senhora, portanto, para eu comer... e vestir. (...) E eu fui para lá, pronto, olhe, a fazer o que calhava, passava a ferro, lavava o chão (...). Fazia de tudo.”*

No entanto, e apesar da predominância do trabalho feminino no Estado Novo, o fenómeno não merecia um justo reconhecimento e uma carreira ou o exercício de uma profissão continuavam a ser, simbolicamente, propriedades masculinas. Quanto muito, em meios mais favorecidos e liberais, aceitava-se a dedicação profissional das mulheres, desde que em ocupações adequadas à sua “natural” vocação assistencialista ou educativa.

Nas classes privilegiadas, por seu lado, praticamente todas as famílias contavam com o apoio das empregadas domésticas – uma “instituição” incontornável no retrato social da época. Adriana, de 80 anos (antigo 7º ano, Doméstica), sempre beneficiou dessa ajuda. Olhando agora em retrospectiva, considera que houve alturas (como quando casou) em que dispor de uma empregada interna talvez não se justificasse. No entanto, estava de tal forma instituída na dinâmica social, que a hipótese de prescindir desse privilégio nem se colocava: *“Eu [estava] sozinha com uma criada, imagine. Para quê que eu queria a criada? (...) Realmente eram outras épocas, porque eu não tinha nada que fazer”*. Dispensadas de um quotidiano submergido em tarefas da casa e no cuidado dos filhos, muitas destas mulheres da média e alta burguesia, como Adriana, ocupavam o seu tempo em atividades caritativas e de convívio social: *“[Trabalhar] fora não, [mas] colaborei muito. (...) Primeiro na Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (...) depois na Igreja.”*

Num universo paralelo, o homem era o provedor e agente máximo da autoridade na família. Ao contrário da mulher, nunca era suspeito de delitos morais e, gozando de uma dupla moral, a sua masculinidade dependia tanto do seu papel de honrado chefe de família como de sujeito experiente e viril. Com efeito, no que diz respeito à sexualidade, enquanto se esperava da mulher que chegasse virgem ao casamento, o homem teria, muito antes disso, de dar provas da sua virilidade. A mesma moral puritana que impunha às “mulheres de bem” uma vivência sexual recatada exigia dos homens uma mestria e performance infalíveis.

Assim, a iniciação sexual masculina ocorria, na maioria dos casos, com prostitutas ou com as chamadas “mulheres fáceis”. Apesar de condenada e estigmatizada pelos discursos oficiais do Estado e da medicina, a prostituição não estava proibida por lei até 1962 e o recurso aos serviços de meretrizes acabava por ter uma

função tão hedonista quanto pedagógica. Era um rito de passagem para a sexualidade adulta e a confirmação necessária da supremacia masculina. Como recorda Victor (73 anos, Curso complementar de comércio, Gerente Comercial), a sua primeira experiência aconteceu numa casa de prostituição em Lisboa, quando tinha 17 anos: *“Um grupo de amigos mais velhos juntaram 3 ou 4 dos outros mais novos e levaram-nos. Foi natural”*. Também depois do casamento, as relações extraconjugais eram comuns e, embora fossem também fonte de angústia para as mulheres, eram tacitamente aceites pela sociedade. Afinal, essa era a natureza poligâmica e aventureira dos homens.

Amparado pela Igreja, o direito canónico e o código civil, o Regime promovia assim os valores da autoridade e inimizabilidade masculinas por oposição à submissão e castidade femininas. Nestes termos (e considerando a indissolubilidade do casamento católico instituída pela Concordata assinada entre o Estado Português e a Santa Sé, em 1940), o divórcio constituía uma grande ameaça à sacralização da família e a imprensa conservadora da época procurava moralizar constantemente as leitoras para a inevitabilidade do sacrifício no matrimónio e para a necessária subserviência ao homem: *“Para a mulher, mesmo para a mãe, o marido deve estar sempre no primeiro plano, no primeiro lugar a seguir a Deus, na ordem das suas preocupações. O matrimónio é um sacrifício”* (Revista Stella, 1949 citado por Freire, 2010:202). Como revela Alice (67 anos, Sem Escolaridade, Doméstica), muitas vezes esse sacrifício chegava a pressupor a sujeição a uma violência física, que, em muitos meios, estava *“naturalmente”* inscrita nos modos de relacionamento e interação conjugal (Casimiro, 2011): *“A gente antigamente, uma pessoa tinha que se calar, senão os maridos batiam. Agora não há mulher nenhuma que admita uma coisa dessas, acho eu. Antigamente as pessoas tinham que se sujeitar, já no meu tempo ainda era assim. A gente tinha de se sujeitar ao marido e no tempo da minha mãe ainda pior.”*

Da mesma forma, também o aborto era alvo das preocupações morais e considerado, quiçá, o pior dos atentados aos olhos da ideologia *familialista* dominante. Todavia, num contexto em que a contraceção segura apenas estava acessível a uma minoria das mulheres, a interrupção da gravidez não era prática pouco frequente. Lurdes (77 anos, Ensino Primário Incompleto, Operária Fabril Reformada) terá passado por essa experiência 14 vezes: *“Na altura, [os métodos contraceptivos] ainda não eram tão falados, não é? E o meu marido não gostava muito disso, por isso o resultado.”*

Também o namoro era um alvo constante da suspeita moral, e do *flirt* dizia-se ser um *“mal endémico da sociedade moderna”* (Freire, 2010:143). Muitas vezes longos e à distância, os namoros eram alimentados por cartas e regulados por uma série de procedimentos amplamente codificados que visavam, acima de tudo, impedir o contacto íntimo entre os jovens. As mulheres deveriam chegar virgens ao altar e os homens, respeitadores das suas futuras esposas, deveriam saber esperar pelo dia do casamento. Entretanto - é certo - iam tendo oportunidade de ampliar o seu património de experiências recorrendo a outras mulheres de *“conduta duvidosa”*. Como nos conta Fernando (85 anos, Ensino Primário, Proprietário de Terras) *“Enquanto namorámos, nunca tive relações com a minha mulher. Tive com outras. (...) Antes de casar eu era um homem como outro qualquer.”*

As décadas de 1940 a 1960 foram, portanto, férteis em mensagens reguladoras dos comportamentos. Da medicina, ecoavam discursos higienistas que faziam a apologia à virtude moral e, na imprensa da época, sobretudo na mais conservadora, apelava-se ao pudor feminino, aos valores puritanos e à modéstia cristã. As publicações e a literatura à volta do *mundus vivendi* feminino eram bastante variadas e transformavam o quotidiano das mulheres num exercício de grande disciplina e auto-controle, onde qualquer mostra de espontaneidade devia ser evitada (Freire, 2010).

Ainda na década de 1950, o cinema, o surgimento de publicações mais liberais e outras influências culturais oriundas dos Estados Unidos e de outras partes da Europa vieram contribuir para incubar algumas mudanças e, nos círculos mais liberais e urbanos, começava-se a reclamar uma revisão dos papéis femininos e masculinos na sociedade e na família. Na mesma linha, também nos meios estudantis e universitários começavam a ecoar

vozes de desacordo face à segregação sexual da sociedade. Particularmente polémica terá sido a publicação, em 1961, no jornal da Associação Académica de Coimbra “Via Latina”, da “Carta a uma jovem portuguesa”² - uma mensagem contestatária da desigualdade e da falta de liberdade a que estavam remetidas as relações entre rapazes e raparigas, e um manifesto apelo à insurreição feminina: “Queremos amar-nos e conhecermos e não podemos (...) Tu és a imanência carnal que os jovens insultam e desejam. Mas tens de ser no futuro a jovem ao lado do jovem. A rapariga ao lado do rapaz. (...) Tens de derrubar connosco o muro que nos separa”. Naturalmente que esta “carta”, dirigida genericamente a uma qualquer “rapariga portuguesa”, veio impulsionar debates sobre a condição feminina na sociedade portuguesa e mereceu a indignação dos grupos mais conservadores e, particularmente, da Igreja. Contudo, tais movimentos de contestação acabavam por estar circunscritos a contextos sociais minoritários, sem uma expressão capaz de derrubar o poder hegemónico da moral dominante e dos “bons velhos costumes”.

No entanto, é preciso perceber que uma coisa seria o sistema ideológico vigente e outra as práticas das pessoas. Pese embora o sem-número de convenções sociais que regulavam as condutas em matéria de intimidade e sexualidade, a vivência real não seguia necessariamente este guião, conhecendo-se (tal como hoje em dia) muitas possibilidades de transgressão à regra.

Muitas vezes, eram os fatores económicos (a pobreza, a entrada precoce no mercado de trabalho, etc.) que obrigavam os atores a afastarem-se do modelo moral preconizado, outras vezes era uma origem familiar desestruturada que acabava por favorecer a adoção de caminhos não conformes, e outras ainda, seriam os próprios ambientes sociais, mais liberais (nos casos das cidades) ou menos regulados (nos contextos rurais), que permitiam aos indivíduos seguir um percurso diferente e contrariar deliberadamente a ordem de género.

A segunda geração: contrastes e contradições num contexto de transição

Da segunda geração em análise fazem parte mulheres e homens nascidos entre as décadas de 1950 e 1960. Acompanhando as profundas mudanças que a Revolução de 1974 viria sedimentar, esta geração viveu a adolescência e a transição para a vida adulta num contexto de amplos contrastes sociais e territoriais, aos quais se associa a acentuação da diversidade normativa face à vida privada.

Os discursos, já diferentes do apego ao tradicionalismo que caracterizava os da geração precedente, são agora mais tolerantes e plurais, ainda que continuem a distar do igualitarismo individualizado da geração seguinte (Aboim *et al.*, 2011). Como traço distintivo - e quiçá emblemático, por excelência - da mudança geracional, a progressiva adesão a ideais marcadamente modernistas manifesta-se, desde logo, na revisão dos papéis sociais de género e, em concomitância, na crescente expressão da autonomia material e simbólica das mulheres.

Naturalmente que a contribuir para esse efeito está o fenómeno da feminização da população ativa: nesta geração e de forma algo acentuada, o trabalho remunerado - cada vez mais estruturador das biografias femininas - torna-se símbolo da emancipação das mulheres, para além de constituir um foco importante para a sua realização pessoal. Isabel (46 anos, Curso Médio, Doméstica) não trabalha fora de casa desde o nascimento do seu segundo filho, no entanto não deixa de lembrar com entusiasmo o início da sua carreira profissional: “Trabalhava naquilo que queria e super feliz, adorava trabalhar. (...) Vivía para aquilo”. Com uma origem social e economicamente favorecida e proveniente de um meio social bastante conservador, a decisão de deixar de trabalhar resultou da vontade de se dedicar mais à família que, no seu caso, prevaleceu sobre as vantagens pessoais que a profissão lhe proporcionava.

² Originalmente assinada por um anónimo (A.) e posteriormente reivindicada por Artur Marinha de Campos. Para maior contextualização, ver Bebiano e Silva (2004).

No entanto, nesta geração, o perfil de mulher trabalhadora é, sem dúvida, preponderante, refletindo, de resto, a tendência social observada. Beatriz (43 Anos, Licenciatura, Diretora de Departamento) personifica, face à sua família de origem, um notório movimento de ascensão social, o qual terá sido conseguido à custa do investimento na escolarização e, depois, na carreira profissional. Sendo um alto cargo numa empresa, casada e mãe de dois filhos, Beatriz não hesita em valorizar o seu *“sucesso pessoal e profissional”*, nomeadamente quando compara a sua trajetória à de outras mulheres da sua geração: *“Sinto-me bastante melhor que elas, isto não porque elas não tenham feito um esforço mas por escolhas que fizeram. Eu fiz um esforço e (...) acho que a maior parte das mulheres que eu conheço não se sentem tão realizadas como eu.”*

A par do aumento de expectativas socioprofissionais, oportunidades de outra natureza vieram igualmente contribuir para a mudança normativa nesta geração. À queda de um regime onde imperavam a censura e a crença num fechamento do país sobre si próprio, seguiu-se uma natural abertura a produtos culturais outrora proibidos, de entre os quais o cinema. Para exemplificar, poucos dias após a Revolução de 1974 estreava em Portugal, sem cortes, *“O Último Tango em Paris”*, a polémica obra de Bernardo Bertolucci, cuja trama central e cenas icónicas devastava por completo a moral e os bons costumes a que sociedade portuguesa estava ideologicamente até então confinada.

À semelhança do que acontecia com a sétima arte, também na literatura, uma quantidade muito significativa de obras, proibidas durante o Estado Novo, começava a ser difundida depois da Revolução, marcando o quadro de referências culturais desta geração. Uma vez mais, até então, livros com mensagens políticas que pudessem ser consideradas contrárias à doutrina do Regime eram automaticamente vetados. Da mesma forma, qualquer obra que indiciasse conteúdos de teor sexual não fugia ao escrutínio da censura.

Assim, como seria de esperar, com o fim do Regime, o acesso mais generalizado a tais produtos culturais produziu um clima de maior abertura, com repercussões evidentes na forma como alguns representantes desta segunda geração experienciavam a sexualidade. Luísa (50 anos, Doutoramento, Investigadora) nasceu numa família de meio urbano, escolarizado e, provavelmente, considerado muito liberal para a época. Ainda assim, a sua educação, em matéria de sexualidade, não terá estado isenta de estratégias de controlo familiar, nas quais figuraram tentativas de regulação do acesso a livros – deixando antever o carácter ameaçador que, na época, um livro podia ainda representar: *“Nós tínhamos em casa um quarto que era a biblioteca, onde havia umas áreas proibidas (...). Eu, pura e simplesmente, fui à procura de coisas sobre sexualidade para me informar. (...) Muito rapidamente deixei de ler coisinhas para essas idades e passei mais para os livros proibidos.”*

Com efeito, depois de tempos de uma censura quase implacável, a liberdade de expressão que começava a atravessar a sociedade portuguesa fazia-se acompanhar de uma manifesta facilidade de acesso a conteúdos eróticos e pornográficos. Logo após a Revolução, revistas, livros e cinemas invadiam as ruas das cidades com ostensivas mensagens erótico-pornográficas. A publicação de revistas como a *“Gina”*³ ou a exibição de filmes como o clássico da pornografia *“Garganta Funda”* nas salas de cinema portuguesas são referências culturais incontornáveis deste movimento de exposição pública e visual da sexualidade (Barreira, 1996; Vieira, 2009; Policarpo, 2011a).

Por outro lado, estes foram também tempos de intensa politização dos assuntos relativos à vida privada e à sexualidade, em particular. Temas até então considerados tabu, como o aborto, suscitaram inúmeros debates e reivindicações e progressivamente, também do ponto de vista institucional, muitas mudanças foram introduzidas com vista à promoção da saúde sexual e reprodutiva dos portugueses (Vieira, 2009; Policarpo, 2011a).

³ Revista de carácter pornográfico, editada em Portugal durante três décadas, de 1974 a 2005.

A Constituição de 1976 veio finalmente reconhecer a igualdade entre marido e mulher, decretando direitos e deveres iguais para ambos os cônjuges (Aboim, 2011) e, no seio familiar e conjugal, muitas alterações tiveram lugar com a Revolução, marcando, em definitivo, os patrimónios normativos desta segunda geração. À medida que a autoridade masculina absoluta foi sendo posta em causa, uma nova ordem de *sentimentalização* das relações começava a edificar-se. Tal como afirma Beatriz (43 anos, Licenciatura, Diretora de Departamento): “[Ele] não é só o meu marido, é também o meu companheiro, amigo e parceiro, uma pessoa com quem eu quero estar e gosto de estar.”

Progressivamente, o vínculo amoroso foi-se instituindo como condição fundamental das uniões conjugais, sendo a sua ausência justificativa do aumento das taxas de divórcio e móbil para a legitimação social desse fenómeno (Torres, 2002). Helena (44 anos, Pós-Graduação, Assessora de Administração) conta já com duas experiências de divórcio, estando atualmente numa nova relação afetiva e a viver em coabitação. A sua trajetória amorosa e conjugal reflete, com expressividade, a mudança geracional descrita: o surgimento de um perfil que não deixa de ser orientado para conjugalidade e para a família, mas onde a vida a dois não mais se concebe sob a forma de fatalidade indissolúvel mas como fruto de um projeto pessoal e de uma escolha sempre revogável e necessariamente recompensadora: *“Acho que andei sempre à procura dos opostos e agora é que cheguei ao equilíbrio. (...) O primeiro [marido] não era exatamente aquilo que eu queria. O outro era muito mais novo que eu, (...) tínhamos algumas incompatibilidades do quotidiano e portanto havia sempre muitas guerras, muitos conflitos. (...) A única situação em que eu vejo que há mais equilíbrio e proximidade entre as pessoas, equilíbrio no sentido cultural, das coisas que se gosta, é com a relação que tenho agora.”*

A par da *sentimentalização* e do elogio da relação, também a satisfação erótica ganhou relevo no contexto da conjugalidade (Aboim, 2011), sendo sobretudo entre as mulheres que as mudanças mais se fizeram sentir. Com efeito, nesta geração, a sexualidade começa a ser entendida como uma componente importante das identidades femininas e progressivamente assiste-se a uma legitimação do desejo e do prazer sexual das mulheres. Entre alguns discursos de algumas entrevistadas, especialmente entre mulheres de perfil urbano, escolarizadas e profissionalmente ativas, observa-se como a orientação para o ideal de conjugalidade fusional e romântica não exonera a valorização da experiência e do prazer sexuais e como, apesar da passagem do tempo, estas mulheres não deixam de se rever como sujeitos ativos e inovadores da trama sexual (Neves, 2008): *“Eu acho que nós com os anos vamos aprendendo muito e sentimos o sexo de forma diferente. Enquanto somos mais novos para aí 20 e tais, é sexo por sexo, quantidade, paixão. Mas atualmente, para mim, é intimidade, um prazer imenso e portanto é muito mais sentido. Acho que sinto muito mais prazer no sexo atualmente do que sentia há 20 e tal anos”* (Beatriz, 43 anos, Licenciatura, Diretora de Departamento).

Também entre os homens, começa a perspetivar-se, nesta geração, uma mudança normativa relativamente à vida íntima. Manuel (56 anos, Licenciatura, Professor) representa um perfil já distante dos discursos e das trajetórias da chamada masculinidade tradicional. Com 24 anos, casou com a sua atual mulher, dois anos mais velha, quando esta já tinha dois filhos de uma relação anterior. Sobre a adaptação à vida a dois, as suas palavras remetem, de forma bastante sugestiva, para os ideais de igualdade, de companheirismo e de centramento na vida a dois e nos filhos: *“Acho que não havia aquela situação de ‘a mulher faz uma coisa, o marido faz outra’. Eu acho que sempre fomos um casal que partilhámos tarefas da casa, os bons momentos e os maus momentos sempre os dois. E vivemos sempre para os filhos”*.

Por outro lado – há que referir - a abertura às influências do exterior num contexto assolado por grandes mudanças potenciou o surgimento, nesta geração, de subculturas juvenis, cujos ideais e estilos de vida procuravam romper em definitivo com a norma. No que às relações afetivas e à sexualidade diz respeito, alguns segmentos da população juvenil no país (em especial nos meios urbanos) viveram contextos particularmente experimentalistas, de celebração das novas liberdades que uma revolução social além-fronteiras fazia ecoar. Reforçando o perfil particularmente liberal do seu meio social, Luísa (50 anos, Doutorado, Investigadora) afirma: *“Eu acho que havia pouca informação na minha adolescência mas havia*

toda uma ideologia do amor livre, que era o trocar de parceiros, lá está, era o ter-se relações sexuais descomprometidas, no sentido de 'hoje com um, amanhã com outro' (...). Eu tive essa experiência. Fazia-se. Os jovens experimentavam. Pelo menos os jovens que aderiram a todas essas ideologias e que estavam um bocado espantados com toda esta abertura do mundo. E depois cruzavam-se correntes filosóficas, a literatura, a arte, a música e, de facto, era um borbulhar de utopias que apelava a esse experimentalismo."

É certo que, nesta altura, o experimentalismo conheceu limites muito particulares. Afinal, esta é também a geração que, na sua juventude ou passagem para a vida adulta, assistiu ao aparecimento do VIH (Vírus da Imunodeficiência Humana) e da Sida (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). Com efeito, em certa medida, o movimento de liberalização dos costumes e dos comportamentos sexuais terá sido, nesta geração, frenado pelo surgimento deste novo risco que viria reforçar a estigmatização e a discriminação face a grupos e estilos de vida fora da heteronormatividade⁴ (e.g. Vilar 2005; Vieira, 2009; Policarpo, 2011a).

Desta forma, oscilando entre a reedição de normas mais conservadoras da geração anterior e a emergência de uma ética mais igualitária e liberal, também os discursos da sexualidade, nesta geração, parecem particularmente ambivalentes. Em termos de atitudes, representações e comportamentos, esta geração traduz a transição de um modelo repressivo para um outro caracterizado por uma maior individualização e liberdade de expressão, por via das mudanças em curso. Afinal, esta é uma geração que nasce e cresce ainda no Estado Novo, mas que subitamente transita para a vida adulta num contexto radicalmente diferente.

Também nas relações de género – apesar de os discursos serem cada mais igualitários – não desaparecem por completo as atitudes sexistas e uma dupla moral parece continuar a prescrever destinos diferentes para os homens e mulheres. Assim, a transição para o modelo normativo moderno, assente nos princípios da individualização da sexualidade e da liberdade não se faz de uma só vez, livre de contradições ou de impasses. Não obstante todas as mudanças protagonizadas por homens e mulheres desta geração, o enfraquecimento prescritivo dos modelos tradicionais de género ou o surgimento de movimentos particularmente disruptivos para com a norma, continuamos a deparar-nos com a subsistência de modelos tradicionais e, particularmente, com o reforço de um duplo padrão que, tanto em discursos femininos como masculinos, insiste em ditar sentenças diferenciadas no momento de julgar os comportamentos dos homens e das mulheres. Por outro lado, ainda que no plano ideológico os jovens desta geração se declarassem mais disponíveis para suplantar os costumes da geração anterior, a concretização dessa rutura, em termos práticos, revelou-se e continua a revelar-se um desafio difícil de alcançar (Torres, 2002).

De qualquer modo, são múltiplas e inegáveis as mudanças conhecidas nesta geração. Como pudemos constatar, o *familialismo* e autoritarismo patriarcal deram lugar a formas de companheirismo conjugal, pressupondo uma alteração das formas de viver as relações familiares. Nos percursos de vida em geral e nas trajetórias sexuais em particular, tornaram-se indesmentíveis os efeitos do desgaste institucionalista e assistimos, sem dúvida, a uma ampliação dos horizontes de ação. Também por isso, nesta geração, tornou-se progressivamente menos legítima uma contradição entre normas e práticas, assim como a norma de “vícios privados, públicas virtudes”, tantas vezes presente, mesmo que de modo implícito, nos discursos e biografias da geração antecedente. Com efeito, acompanhando a abertura normativa da sociedade portuguesa, um movimento de maior tolerância e igualdade sexuais começa a ganhar expressão e a incubar a pluralidade de afiliações morais que vai marcar a geração seguinte.

A terceira geração: o primado do individualismo na liberdade sexual

⁴ Refira-se que ao longo da década de 1980, o discurso mediático reforçava a associação desta doença à homossexualidade masculina, tendo o VIH/Sida sido denominado na imprensa como “a doença dos homossexuais” (Policarpo, 2011 a).

Percorridos 50 anos de história, fita-se finalmente a geração mais nova, aquela onde figuram os jovens de hoje, nascidos e criados num contexto de maior desenvolvimento socioeconómico.

Se a geração anterior é a que melhor traduz o movimento transitório entre duas realidades opostas, esta é aquela que, de forma mais evidente e generalizada, representa o alargamento das oportunidades estruturais conhecido na sociedade portuguesa. No entanto, afirmar que os jovens de hoje em dia beneficiam de um conjunto de mudanças operadas ao longo das últimas décadas não significa considerar que tudo nas trajetórias juvenis atuais se traduz em facilidades. Na realidade, esta é também a geração que, porventura, enfrenta as maiores exigências profissionais e de qualificação, que protagoniza o prolongamento das carreiras escolares e que, em consequência, vai adiando a entrada na idade adulta, acusando dificuldades de sustentação material da sua autonomia. É uma geração que reflete o investimento social e das famílias portuguesas na educação mas que, agora, com o agravamento das condições sociais e económicas do país e a instabilidade crescente do mercado de trabalho, vê as suas expectativas na transição para a vida adulta redundarem em frustração (Estanque, 2009).

Do ponto de vista normativo, enquanto descendentes diretos da modernidade portuguesa, os jovens desta geração produzem discursos significativamente distantes dos partilhados pelas gerações anteriores, onde a exaltação da liberdade pessoal e a igualdade entre homens e mulheres se assumem como eixos centrais. Como primeiro traço distintivo, a individualização das normas nos tempos de hoje torna mais complicado discernir genericamente as matrizes valorativas e comportamentais de rapazes e raparigas. Assim, nesta geração, o género parece, de facto, reduzir a sua significância na distinção das atitudes masculinas e femininas e a aproximação das oportunidades constitui uma expressão importante da mudança geracional. Se até aqui nos era possível identificar, com probidade, um duplo padrão normativo em função do género, neste último grupo de entrevistados, mais jovem, as fronteiras simbólicas e materiais entre homens e mulheres tendem a ser mais ténues.

Em igual medida, também no que ao *lugar da família* diz respeito, a geração mais nova parece alinhar por um novo diapasão de ideais. Malgrado a família e o casamento continuarem na mira dos modelos preconizados, os seus significados vão sendo relativizados à medida que se reforçam os valores do individualismo. Reflexo disso mesmo, em alternativa ao casamento formal, a coabitação assume-se nesta geração como uma prática cada vez mais comum (Santos, 2008). Raquel (27 anos, Ensino Secundário, Assistente de Produção) saiu de casa dos pais para ir viver, pela primeira vez, em coabitação quando tinha 22 anos. Um ano e meio depois, essa relação chegaria ao fim, devido a incompatibilidades que, durante os anos que namoraram sem viverem juntos, o casal não conseguiu antecipar: *“Revelou ser uma pessoa diferente e menos interessada do que aquilo que eu estava à espera.”* Atualmente, já numa outra relação sentimental, volta a viver em coabitação - decisão que, afirma, decorreu *naturalmente*: *“A partir de um certo ponto, em que vimos que na relação estava tudo bem, quisemos ter o nosso espaço, foi tudo assim, natural.”*. Também Tiago (30 anos, Mestrado, Professor) a viver em união de facto e pai de uma criança, parece não se rever no casamento tradicional, tanto na sua componente de instituição, como na de ritual: *“Nunca pensei na instituição do casamento, nunca me vi nesse papel, não tanto do estar casado - porque para mim isso é apenas um estado - mas da preparação de uma cerimónia, do facto de termos um momento de boda, com igreja, sem igreja... nunca me revi nesse papel.”*

De facto, percorridas que estão décadas de mudanças sociais, a cultura afetiva e sexual de hoje em dia é substancialmente diferente da veiculada nas gerações precedentes. Ao nível dos discursos, dois traços parecem preponderantes e caracterizadores da mudança normativa geracional. Em primeiro lugar, a consolidação da igualdade sexual entre homens e mulheres, que – sendo já identificada na geração anterior – nos discursos da geração mais recente se institui de forma menos hesitante. É isso que, a propósito de parceiros sexuais, nos sugerem as palavras de João (23 anos, Estudante Universitário), educado já num contexto de maior igualdade entre homens e mulheres, numa família nitidamente comungante dos valores da conjugalidade e do companheirismo: *“Acho que é igual [um homem ou uma mulher ter vários parceiros sexuais]...acho que em*

termos de ser homem ou mulher é igual.” Em segundo lugar, destaca-se uma ética experimentalista que se reforça como princípio de autoconhecimento e realização (Giddens, 2001). Como afirma Inês (24 anos, Pós-Graduação, Psicóloga): *“As pessoas têm que ter liberdade para fazerem aquilo que sentem que querem fazer.”*

Naturalmente que nem só de alterações discursivas se constrói a rutura com os modelos anteriores. As práticas também se alteraram, não só porque comportamentos outrora condenados se tornaram legítimos, mas também porque à transmutação do lugar ideológico atribuído às práticas corresponde a alteração da sua própria natureza (Aboim *et al.*, 2011). A generalização das uniões de facto, o casamento civil entre homossexuais, a celebração das chamadas “amizades-coloridas” ou as novas minorias sexuais marcam a diferença no panorama afetivo desta última geração em análise.

Convém ainda não esquecer que esta geração está socializada em contextos profundamente marcados pela profusão das novas tecnologias de informação e comunicação. Sem dúvida que o acesso generalizado a um sem fim de novos suportes tecnológicos e comunicacionais veio transformar radicalmente a relação dos jovens uns com os outros, com o conhecimento e com o mundo em geral. Neste sentido, naturalmente que as bases da construção da intimidade se alteram significativamente, beneficiando agora de maior agilidade e da rapidez com que circulam mensagens e se estabelecem vínculos. Neste contexto, a Internet, em particular, parece constituir um importante meio de produção e de disseminação dos códigos da sexualidade, influenciando de forma mais ou menos direta a configuração dos cenários de intimidade nesta geração (Plummer, 1996, Vieira, 2009).

Na mesma linha de abertura normativa, também a iniciativa sexual feminina se legitima, como bem ilustram os testemunhos de várias raparigas sobre as suas próprias experiências ou trajetórias: *“Fui eu que quis [ter relações sexuais] até porque o meu ex-namorado achava que não era a altura certa. (...) As pessoas sentem necessidade então pronto, tive relações. Acho normal. (...) Pensava ‘sinto-me preparada por isso faço!’”* (Carolina, 18 anos, estudante universitária); *“Sempre fui um bocadinho namoradeira, nunca fui uma pessoa muito inibida.”* (Raquel, 27 anos, Ensino Secundário, Assistente de Produção); *“Ser eu a conquistar alguém também é uma defesa porque assim não tenho que me deixar conquistar, que é uma coisa me deixa muito vulnerável. (...) Solto as amarras, completamente. Simplesmente faço aquilo que me apetece”* (Sara, 28 anos, Pós-graduação, Assessora de Imprensa).

Mesmo no contexto das relações conjugais (e institucionalizadas pelo casamento), a importância da sexualidade não deixa de ser reiterada, potenciando, nesta geração, discursos valorizadores da reciprocidade do prazer (Braun *et al.*, 2003), da inovação das práticas e, uma vez mais, do protagonismo feminino. É, no fundo, isto que nos revela Carina, casada e mãe de dois filhos (25 anos, Ensino Secundário, Administrativa): *“[Eu e o meu marido] falamos muito daquilo que gostamos mais, do que não gostamos, como é que queremos, qual é a posição que queremos, como é que gostamos, o que é que gostamos que nos façam.”; “O que eu gostava de praticar era o ‘swing’, era uma coisa que eu gostava. (...) Eu tenho umas ideias muito malucas nesse aspeto, mas pronto.”*

Contudo, da mesma forma que na década de 1950 algumas tendências procuravam afirmar-se fora da doutrina da castidade e da submissão feminina, também atualmente a expressiva orientação para liberalização dos costumes em matéria de sexualidade conhece movimentos que caminham num sentido diametralmente oposto. Nomeadamente, e entre outras dinâmicas de “rutura com a própria rutura”, ganham visibilidade pública jovens mulheres que reivindicam o regresso ao modelo conjugal e prescindem da carreira profissional em prol da família e dos filhos; ou adolescentes comprometidos com a recuperação o valor social da virgindade.

Entre os nossos entrevistados, concretamente entre os adolescentes socializados em contextos familiares de tradição católica arraigada, salta à vista a permanência de perfis muito conservadores, que contrariam a ideia

de um hedonismo sexual associada a esta geração. Diogo e Duarte são dois jovens, de 18 e 17 anos respetivamente, residentes em Lisboa. Para além de partilharem origens familiares com consolidados níveis de capitais escolares, profissionais e sociais, estes dois entrevistados professam os valores da igreja católica, sendo ambos membros ativos no movimento juvenil apostólico *Schoenstatt*. Apesar de pertencentes a uma geração tendencialmente mais aberta e tolerante, os seus discursos – certamente construídos na base de uma educação particularmente conservadora e tradicional em termos das diferenças de género e dos valores da família – acabam por ilustrar uma postura que desafia o entendimento monolítico da mudança geracional. Nomeadamente, quando questionados acerca da legitimidade dos relacionamentos sexuais fora do casamento, as suas respostas contrariam a tendência normativa de liberalização crescente dos comportamentos e de *desinstitucionalização* da vida privada. *“Do ponto de vista da Igreja (...) as relações sexuais só se devem fazer com uma pessoa e essa pessoa deve ser o marido ou mulher. (...) Eu também concordo com isso.”* (Diogo, 18 anos, estudante do Ensino Secundário); *“Como sou católico, concordo plenamente com a Igreja que só deve [haver relações sexuais] depois do casamento. Claro que antes do casamento nós vimos algum interesse também, mas acho que (...) tanto o homem como a mulher devem esperar pelo casamento”* (Duarte, 17 anos, estudante do Ensino Secundário). Tais testemunhos são, pois, sugestivos quanto à forma como as diferentes pertenças sociais dos sujeitos concorrem na produção de discursos normativos. Neste caso, de um lado, temos uma expectativa construída na base da pertença geracional dos indivíduos que nos levaria a esperar destes jovens discursos mais liberais, e do outro, o peso das suas afiliações familiares e religiosas que, sendo neste caso preponderante, leva, pelo menos do ponto de vista retórico, à adoção de critérios de constrição da sexualidade.

No fundo, neste contexto de exponencial diferenciação de contextos e de *bricolage identitária* (Lash, 1999), não podemos conjecturar grande homogeneidade nas orientações normativas desta geração. Mais do que a um simples alargamento dos horizontes de ação, parece assistir-se a uma deslinearização mais acentuada entre normas e práticas: atualmente, para os mais jovens, o desafio não residirá tanto na adequação das suas práticas a um quadro normativo uno, mas mais num posicionamento individual entre a pluralidade de escolhas legítimas que os atuais contextos permitem. Talvez por isso, nos perfis de forte pendor para o individualismo, como no caso da Sara (28 anos, Pós-graduação, Assessora de Imprensa), a urgência em encontrar um lugar para lá do que está estereotipado constitui uma dimensão assinalável da construção dos discursos. A propósito, concretamente, dos estereótipos de género, esta entrevistada afirma: *“Eu acho que as pessoas devem agir de acordo com aquilo que sentem e se algo as impede de agir, que seja por [motivos pessoais] ... porque se é por esse preconceito imposto de fora (...) não! Nem todos gostamos do mesmo e nem todos esperamos o mesmo dos outros, por isso as coisas não são assim. Não gosto nada que apregoe que homens são todos iguais ou que as mulheres são todas iguais. Não é assim.”*

Conclusões

Epilogando a incursão aos ambientes normativos e, em particular, aos ideários sexuais que circundam cada uma das gerações em destaque, parece-nos que a análise admite uma insistência na importância dos mecanismos de cristalização e alteração dos patrimónios valorativos ao longo das gerações. Desta forma e em traços latos, pudemos constatar como as normatividades geracionais acompanham as tendências de diferenciação ideológica conhecidas na nossa sociedade, refletindo, na sua generalidade, uma passagem dos valores institucionalistas e conservadores para valores mais modernistas, libertários e individualistas (Pais, 1998).

Paralelamente, do afloramento dos ambientes normativos das diferentes gerações parece sair reforçada a ideia da sexualidade enquanto aspeto central – simultaneamente produto e produtor – de transformações sociais mais abrangentes. A inscrição das normas sexuais nos contextos sociais geracionais, tal como a procurámos fazer aqui, lança pistas que nos convidam ao aprofundamento da relação que se estabelece entre os contextos históricos de pertença dos sujeitos e as suas biografias e trajetórias individuais.

Referências Bibliográficas

- Aboim, Sofia (2011). Vidas conjugais: do institucionalismo ao elogio da relação. In: Ana Nunes de Almeida (coord.). *História da vida privada em Portugal: os nossos dias*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Aboim, Sofia, Pedro Vasconcelos e Dulce Morgado Neves (2011). Género e adultícia: continuidade e mudança em três gerações. In: José Machado Pais [et al.] (coord.). *Jovens e rumos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Barreira, Cecília (1996). Os estilos de vida e convívio quotidiano. In: António Reis (coord.). *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Bebiano, Rui e Alexandra Silva (2004). A reidentificação do feminino e a polémica sobre a 'Carta a uma Jovem Portuguesa'. *Revista de História das Ideias*, 25, 423-454.
- Braun, Virginia, Nicola Gavey e Kathryn McPhillips (2003). The 'Fair Deal? Unpacking Accounts of Reciprocity in heterosex. *Sexualities*, 6 (2), 237-261.
- Charton, Laurence (2005). Diversité des parcours familiaux et rapport au temps, *Lien Social et Politiques*, 54, 65-73.
- Estanque, Elísio (2009). A Crise Mundial e os Dilemas do Trabalho, *Estudos do Trabalho – Revista da RET*, Ano III, 5, 1-19.
- Freire, Isabel (2010). *Amor e Sexo no tempo de Salazar*, Lisboa: Esfera dos Livros.
- Giddens, Anthony (2001). *Transformações da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas sociedades modernas* Oeiras: Celta Editora.
- Lash, Scott (1999). *Another Modernity: A Different Rationality*. Oxford: Blackwell.
- Neves, Dulce (2013), *Intimidade e Vida Sexual: mudanças e continuidades numa perspectiva de género e geração*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: ISCTE-IUL
- Pais, José Machado (1998). Vida Amorosa e Sexual. In: José Machado Pais (coord.). *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: ICS-SEJ.
- Plummer, Ken (1996). Foreword: Symbols of Change. In: William Simon. *Postmodern Sexualities*. London: Routledge.
- Policarpo, Verónica (2011a). Sexualidades em Construção, entre o privado e o público”, em Ana Nunes de Almeida (coord.). *História da vida privada em Portugal: os nossos dias*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Policarpo, Verónica (2011b). *Indivíduo e Sexualidade: a construção social da experiência sexual*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais (especialidade em Sociologia Geral). Lisboa: ICS.UL.
- Rodrigues, Julieta de Almeida (1983). Continuidade e Mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesa: emergência de novas estruturas familiares. *Análise Social*, XIX (77-78-79), 909:938.
- Santos, Filomena (2008). Perfis de Coabitação no Portugal Contemporâneo. comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia *Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Universidade Nova de Lisboa, 25 a 28 de Junho de 2008, Lisboa.
- Torres, Anália (2002). Conversa a duas vozes e três andamentos. *Análise Social*, 163, 569-602.
- Vieira, Cristina (2009). *Sexualidades juvenis: continuidades e mudanças, tese de doutoramento. Um estudo qualitativo no distrito do Porto*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia da Saúde. Lisboa: Universidade Aberta.
- Vilar, Duarte (2005). *Falar Disso. A Educação Sexual na Família dos Adolescentes*. Porto: Afrontamento.